

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera dispositivo da Lei nº 4.619, de 6 de outubro de 2011 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II, do artigo 3º da Lei nº 4.619, de 6 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

*II. construir sua instalações, transferir sua sede e entrar em atividade no local concedido em uso no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** meses, contados da data da assinatura do contrato de concessão;"*

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos e condições estabelecidas na Lei nº 4.619, de 6 de outubro de 2011.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2012.

Pedro Paulo Pinto
Prefeito Municipal

Frederico Dutra Santiago
Procurador Geral do Município

PROJETO DE LEI Nº 62/2012

JUSTIFICATIVA

Exmos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna:

O projeto de lei que ora encaminhamos a essa Casa tem por objetivo ampliar o prazo concedido à empresa beneficiária de concessão de uso “VASCONCELOS MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA”, para que possa cumprir as condições estabelecidas na Lei autorizativa nº 4.619, de 6 de outubro de 2011.

Referida empresa solicitou do Município, oficialmente, prorrogação do prazo para construção e transferência de sua sede para o imóvel concedido em uso por mais 12 (doze) meses, sob a justificativa da impossibilidade do cumprimento da cláusula condicional por questões de reflexos negativos em sua economia e finanças.

Ressaltamos que o prazo a ser elástico proporcionará à beneficiária o cumprimento de sua contraprestação legal.

Por essa razão, solicitamos seja o projeto em questão analisado e aprovado por V. Exas.

Atenciosamente.

PEDRO PAULO PINTO
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
RELATÓRIO

Ao Projeto de Lei nº 88/2012

Márcio José Bernardes
Relator

Tendo esta Comissão recebido em 07 de dezembro de 2012, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, o **Projeto de Lei** registrado nesta Casa sob o **nº 88/2012**, que “Altera dispositivo da Lei 4.619 de 06 de outubro de 2011 e dá outras providências”, de autoria do **Prefeito Municipal de Itaúna**, e tendo sido avocado para a relatoria deste projeto faço as seguintes explanações:

Relatório

Após análise minuciosa sobre a matéria proposta, verifiquei que o Chefe do Executivo Municipal solicita alteração na redação no inciso II do artigo 3º da lei nº 4.619 de 06 de outubro de 2011, que autorizou a concessão de direito real de uso de imóvel público à empresa Vasconcelos Montagem Industrial Ltda, que passa a vigorar com a seguinte redação “ Art 3º (...) II. Construir sua instalação, transferir sua sede e entrar em atividade no local concedido em uso no prazo máximo de 24 meses, contados da data da assinatura do contrato de concessão;” permanecem inalterados os demais dispositivos e condições estabelecidos na Lei citada. O Chefe do Executivo Municipal no presente projeto de lei solicita autorização para prorrogar o prazo para construção e transferência da sede do imóvel concedido em uso por mais 12 meses sob a justificativa da impossibilidade do cumprimento da cláusula condicional por questões de reflexos negativos em sua economia e finanças. E dentro do espectro que compõe esta Comissão o presente projeto está devidamente instruído e encontra respaldo na legislação vigente, e entendo que o mesmo esta apto a ser apreciado pelo plenário desta casa..

Márcio José Bernardes
Relator

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto e após análise da matéria em tela e inserida, entendo que a mesma encontra respaldo legal e não contraria nenhuma norma Constitucional, estando, portanto a mesma apta a ser apreciada pelo plenário deste Legislativo.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.

Márcio José Bernardes
Relator

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER FINAL

Ao Projeto de Lei nº 882012

Diante da análise, bem como, da emissão do parecer exarado pelo relator da Comissão, **vereador Márcio José Bernardes**, ante ao **Projeto de Lei nº88/2012**, que “Altera dispositivo da lei 4619/2011 e dá outras providências”, de autoria do **Prefeito Municipal de Itaúna**, entende-se que o projeto está devidamente instruído, sendo favoráveis à apreciação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.

Acompanham o voto do relator.

Gleison Fernandes de Faria
Presidente

Alex Artur da Silva
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
RELATÓRIO
AO PROJETO DE LEI 88/2012
Gleison Fernandes de Faria
Relator

Tendo esta Comissão recebido em 11 dezembro de 2012, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, o do **Projeto de Lei nº 62, de 28 de novembro de 2012**, nesta Casa registrado sob o **nº 88/2012**, de autoria do **Prefeito Municipal de Itaúna**, que “*Altera Dispositivo da Lei nº4.619, de 06 de outubro de 2011 e dá outras providências*”, e tendo sido nomeado para atuar como relator, entendo que o mesmo é do campo temático e da área de atividade desta Comissão, e que o Município não terá despesas com a referida proposta, não criando encargos para os cofres Público Municipal.

VOTO DO RELATOR

Assim, entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei não fere as disposições legais e está devidamente instruído, estando apto a ser apreciado pelo plenário desta Casa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

Gleison Fernandes de Faria
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER FINAL
AO PROJETO DE LEI nº 88/2012

Diante da análise, bem como, da emissão do parecer exarado pelo relator da Comissão de Finanças e orçamento, **vereador Gleison Fernandes de Faria** ante o **Projeto de Lei nº 62, de 28 de novembro de 2012**, nesta Casa registrado sob o **nº 88/2012**, de autoria do **Prefeito Municipal de Itaúna**, que “*Altera Dispositivo da Lei nº 4.619, de 06 de outubro de 2011 e dá outras providências*”, entende-se que o Projeto de Lei está devidamente instruído, sendo favoráveis à apreciação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

Acompanham o voto do relator.

Anselmo Fabiano Santos
Membro

Alex Artur da Silva
Presidente